

Diálogo com Lideranças: Etnografia para uma Ciência «Cidadã» no Enfrentamento à COVID-19 no Nordeste Brasileiro

ANA GRETTEL ECHAZÚ BÖSCHEMEIER

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ANTROPOLOGIA SOCIAL E NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)
NATAL/RN, BRASIL

E-mail: gretigre@gmail.com

BRENO DA SILVA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (DECOM/UFRN)
NATAL/RN, BRASIL

E-mail: brenosc@uol.com.br

LUAN GOMES DOS SANTOS DE OLIVEIRA

UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
PARAÍBA, BRASIL

E-mail: luangomessantos@terra.com.br

NATHALIA MAÍRA CABRAL DE MEDEIROS

INSTITUIÇÃO: DEPARTAMENTO DE BIOQUÍMICA, CENTRO DE BIOCÊNCIAS.
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LITERATURAS ESTRANGEIRAS MODERNAS.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)
NATAL/RN, BRASIL

E-mail: nathaliamaيرا@gmail.com

Data de conclusão: 14-01-2022 / Data de envio: 15-01-2022

Data de aceptación: 29-10-2022.

RESUMO

O trabalho propõe uma exploração antropológica de base descolonizada, feminista e interseccional da experiência de ciência cidadã no trabalho de lideranças comunitárias, as quais exerceram o papel de bolsistas inscritas/os como pesquisadoras/es no marco do projeto de pesquisa brasileiro

DOSSIER

«Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 — Tradução e Elaboração de Materiais nos Territórios», financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A metodologia da investigação sustenta-se em netnografias de duas oficinas participativas realizadas junto a lideranças de comunidades tradicionais e movimentos sociais durante os meses de setembro e novembro de 2021, analisando formas de trabalho colaborativa no marco de uma ciência «cuidadã», engajada na produção do conhecimento baseada em regimes de cuidado e «cuidanias» locais e corpo a corpo — representativas das buscas pelo bem viver de lideranças de povos tradicionais e movimentos sociais do Nordeste do Brasil durante a pandemia de COVID-19.

PALAVRAS-CHAVE: etnografias virtuais; ciência cidadã; descolonização; cuidania; bem viver.

ABSTRACT

This paper proposes a decolonizing, feminist and intersectional anthropological exploration of the experience of citizen science in the work of community leaders, who received scholarships while enrolled in the Brazilian research project «Good Practices Confronting COVID-19 - Translation and Elaboration of Materials in the Territories», funded by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). The research methodology is based in netnographies of two collaborative workshops organized with leaders from traditional communities and social movements during September and November 2021, analyzing collaborative strategies settled in a «caring citizen science», engaged in the production of knowledge based on regimes of care and local «caring citizenship» - representative of the struggles for the good living of traditional and social movements leaders in the Northeast of Brazil during the COVID-19 pandemic.

KEYWORDS: virtual ethnographies, citizen science, decolonization, politics of care, well-living.

APRESENTAÇÃO¹

No presente texto, iremos tensionar as problemáticas em torno de uma «ciência cuidadã» a partir de resultados parciais da

1 Neste artigo nós usamos o sistema de referência Normas APA.

experiência advinda do projeto de pesquisa universal do CNPq chamado *Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com Comunidades do Rio Grande do Norte, Paraíba e o Ceará*, doravante designado *Boas Práticas*, do qual participaram bolsistas, lideranças comunitárias pertencentes a sete comunidades/movimentos sociais do Nordeste brasileiro.

Quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada em 1946 (Declaração, 1948), um grupo cuja maioria era constituída por homens brancos e norte-americanos postulou que a ciência é um produto da cultura dos povos. Em seu Artigo 27, a declaração destaca que «todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios» (Declaração, 1948).

Após o reconhecimento global do genocídio nazista, a ciência ocidental mostrava seu lado necropolítico. O Tribunal de Nuremberg, em dezembro de 1946, julgou mais de vinte pessoas —boa parte das quais eram profissionais da medicina— pelos brutais experimentos realizados em seres humanos durante o regime nazista. Em agosto de 1947, foram divulgadas as sentenças aos acusados, assim como um documento que ficou conhecido como Código de Nuremberg (2002).

O Código tornou-se, junto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), um marco na história dos tratados internacionais vinculados aos regimes de cuidado cidadão: pela primeira vez estabeleceu-se recomendação internacional sobre os aspectos éticos envolvidos na pesquisa em seres humanos.

Tanto em um quanto em outro documento, foi inscrita em nível global a prerrogativa vinculada à importância da humanidade «se beneficiar dos avanços» da ciência. Mas a visão universalista apresentava tensões particularistas desde diversas frentes: os avanços dos feminismos na cena pública; a articulação dos povos indígenas em nível global; os ensinamentos do movimento negro educador; a visibilidade de movimentos sociais vinculados à luta das pessoas com deficiência, das políticas do gênero e da raça em intersecção (González, 1988; Echazú Böschmeier, da Silva Carvalho e Gomes

Santos, 2021). O movimento ecologista, por exemplo, fez com que os discursos modernos sobre o Homem e a Humanidade se desarticulassem, exigindo que o cânone eurocentrado fizesse lugar para visões mais holísticas e menos antropocêntricas.

A presente abordagem, sem negar a importância da ciência ocidental, empenha-se em articular perspectivas críticas e localizadas em torno das demandas particulares da cidadania em relação com uma ciência atenta, cuidadosa e plural.

CARACTERIZAÇÃO DO *PROJETO BOAS PRÁTICAS*

A pesquisa *Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 em Comunidades e Territórios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará* é tecida por coletivos plurais e com perspectivas de mundo e práticas socioculturais diferenciadas. Desde o início de sua execução, em agosto de 2020, a partir do financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o projeto direciona seus esforços, primeiramente, ao fortalecimento das ações em saúde, cultura e direitos humanos das próprias comunidades e movimentos que participam do processo, as quais estão presentes em contextos rurais e urbanos de três estados do Nordeste brasileiro.

A seguir, listam-se as sete comunidades e movimentos participantes da pesquisa e os quatro grupos de trabalho formados a partir da sua integração: (1) *Grupo de Trabalho Indígena* formado a partir da comunidade indígena do Amarelão/RN em diálogo com comunidades indígenas da serra e do sertão do Ceará, vinculadas ao movimento indígena Potigatapuia; (2) *Grupo de Trabalho Urbano* deriva do encontro do Movimento da População em Situação de Rua/RN com Catadoras da Associação ACREVI — Reciclando para a Vida (Mossoró/RN); (3) *Grupo de Trabalho Mar* formado por pescadores/as da Vila de Ponta Negra (Natal/RN) e maricultoras de Pitangui/RN, ligadas à Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas (AMBAP); (4) *Grupo de Trabalho Cigano* compreende a Comunidade Cigana Calom (Sousa/PB). Estas populações vulnerabilizadas partilham do desafio da vivência da COVID- 19 no país. Pretendem-se abordar nas próximas páginas as boas práticas

tecidas por estes grupos sociais para enfrentamento do contexto pandêmico, assim como o papel e a contribuição de um enfoque transdisciplinar e descolonizador no exercício de repensar os contextos de comunicação e a dinâmica da saúde e do bem viver (Acosta e Martínez, 2009) por estes cidadãos.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O *Boas Práticas* configurou-se nesses dois anos como uma oportunidade para situar o lugar da antropologia no enfrentamento de novos regimes de urgência impostos pela pandemia. A antropologia, campo disciplinar desde o qual partimos, se ocupa aqui em cultivar uma relação dialógica entre saberes científicos ocidentais e saberes tradicionais ou da experiência - as «ciências» no plural, ou os saberes em perspectiva de encontro (Carvalho, 2018), tomando como referência a perspectiva viva de lideranças de comunidades tradicionais e movimentos sociais, cuja posição social na produção do conhecimento encontra-se atravessada pelo emaranhamento das desigualdades sociais aprofundadas no espectro pandêmico.

Neste projeto, a perspectiva antropológica caminha na direção de um diálogo que radicaliza a demanda de uma «divulgação científica» urgente e promove um diálogo intersaberes, sustentado no olhar de acadêmicos/as, indígenas, ciganos/as, população em situação de rua, catadoras de material reciclável, pescadores/as, maricultoras e comunidade surda que, cada um/a de forma singular, encontram-se trabalhando na sustentação de espaços de construção do conhecimento de forma convergente. Nesse contexto, os modos plurais de ser-sentir-saber encontram-se em um único horizonte cosmopolítico: o do enfrentamento à pandemia através do fortalecimento de boas práticas vinculadas à saúde (Minayo, 2009), mas também à cultura e aos direitos humanos sob a perspectiva dos cuidados. Este contexto ensina um princípio teórico-epistemológico, construído na interface entre aquelas/es que compõem o projeto:

Vamos evocar um campo de estudo que assumiria para si a responsabilidade de aprender com a maior variedade de abordagens possível; que buscaria apoiar-se, diante da questão sobre como viver, na sabedoria e na experiência

de todos os habitantes do mundo, independentemente de suas origens, dos seus meios de subsistência, das suas circunstâncias e de seus lugares de residência. É este o campo que defendo nessas páginas. Devo chamá-lo de antropologia. (Ingold, 2019, p.07)

Dessa forma, cada comunidade e movimento, através de seus participantes, atua também como força pesquisadora que exercita uma particular forma de atenção diante do mundo. Esse tipo de atitude tensiona a ciência antropológica ocidental no sentido de incluir na mesma um autoquestionamento, incorporando uma dinâmica plural, que estimula a convivência entre uma pluralidade de histórias e sustenta alianças entre diversas/os.

Com isso, o *Boas Práticas* como projeto de pesquisa participativa facilitou espaços ao delinear uma oficina coletiva de saberes e vivências, onde foram costuradas narrativas diversas em torno dos desafios próprios destes tempos de exacerbação pandêmica - precisamos referir à atual pandemia como uma realidade sobreposta à pandemia necropolítica existente há séculos nos nossos territórios -, proporcionando deslocamentos no terreno das narrativas de produção do conhecimento acadêmico sobre a pandemia e seus efeitos a respeito de comunidades vulnerabilizadas do Nordeste brasileiro. Nesse contexto, comunidades tradicionais, movimentos sociais e acadêmicos/as, compartilhamos modos de pesquisar junto com modos de viver, de pensar, de sentir, de lutar e de compreender, em processos que poderíamos denominar de instâncias de «autoformação coletiva»: a experiência permitiu que todas e todos se educassem.

Quais coletivos fazem a Ciência? Quais urgências essa Ciência prioriza? A Ciência, longe de ser universal, representa uma construção política no meio de uma arena aberta a conflitos entre particulares e universais, entre diferenças e desigualdades. Por sua vez, as ciências (designadas no plural, reconhecendo a diversidade de epistemologias e ontologias das quais elas partem) têm sido chamadas a se reconhecer enquanto campos de saber/poder, considerando seus territórios de influência no olhar estatal e das organizações internacionais. O «direito à ciência» - enquadrado como uma forma específica do «direito à cultura» no artigo 27 da

Declaração Universal dos Direitos Humanos - é multifacetado: na busca dos mecanismos de democratização da ciência, o foco não deve se concentrar somente na ampliação das formas de acesso aos produtos do conhecimento, mas também na revisão do próprio enquadramento dos problemas que ela tenta resolver, junto à proposta de estratégias de efetiva participação coletiva na produção do conhecimento.

A socióloga britânica Hilary Rose (1994) explorou o significado político do cuidado nas ciências para subverter o complexo industrial-militar-científico que caracterizou boa parte de seu desenvolvimento. Nesse sentido, e diante dos contextos de excepcionalismo pandêmico (London e Kimmelman, 2020) e do aprofundamento necropolítico sinalizado pelo regime ultraconservador do governo brasileiro durante a pandemia, que indagamos: qual é o papel de processos descolonizadores (Fanon, 2008) da ciência em corpos e territórios socialmente vulnerabilizados (Ortíz Ocaña e López, 2019)? A partir de quais sensibilidades foram gerenciados os conhecimentos biomédicos, etnobiológicos, históricos e culturais sobre a COVID-19 junto às lideranças comunitárias? Como impactou a experiência do acesso a uma bolsa remunerada na produção de conhecimento local? Quais tecidos de cuidado (Puig de la Bellacasa, 2017) e cidadania foram fortalecidos neste percurso? São estas questões que pretendemos debater nas próximas seções.

OS CUIDADOS E AS CIÊNCIAS

De acordo com Maria Puig de la Bellacasa (2017), o terreno epistemológico e político do cuidado inclui:

Tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar «nosso mundo», para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nossos eus e nosso meio ambiente, tudo o que procuramos entrelaçar em uma teia complexa e sustentadora da vida. (Puig de la Bellacasa, 2017, p.3, tradução nossa)

A presente exploração traz para perto uma experiência de ciência cidadã em contextos de cuidado. Tais contextos interpelam

à cidadania enquanto que «direito vindo da cidade», da urbanidade e tensiona o ethos cidadão com o ethos da cidadania do cuidado, proposto pelas feministas que trabalham nos estudos de justiça reprodutiva (Aler, 2011).

Neste ponto, precisamos observar a polissemia do termo «cuidado». Nele estão contidos os aspectos de «manutenção» do cuidado —o que tradicionalmente é chamado de «trabalho de cuidado»— assim como o senso de uma ética e política de cuidado, a busca de um bem viver (Acosta e Martínez, 2009), expresso como um horizonte utópico em todos os âmbitos da cultura e da sociedade. Deste modo, o «cuidado», conforme é abordado neste trabalho, não envolve somente «a especificidade do trabalho de dependência necessário quando somos incapazes de cuidar de nós mesmas/os» (Puig de la Bellacasa, 2017, p.4, tradução nossa), mas também a necessária interdependência «como o estado ontológico no qual os seres humanos e inúmeros outros seres inevitavelmente vivem» (Puig de la Bellacasa, 2017, p.4, tradução nossa).

Nesse sentido, o cuidado aplicado à pesquisa científica está observando a interdependência entre sujeitos humanos e não humanos, entre diversidades culturais, entre historicidades múltiplas, entre sujeitos sociais cruzados por raças/etnicidades, gêneros, sexualidades, classes sociais, deficiências e idades específicas. A interdependência como ponto de partida nos alerta perante o autoritarismo da tecnociência e traz ao cerne da discussão a participação democrática e ética, sinalizando que, enquanto cidadãos e cidadãs, fazemos micropolíticas da ciência em todos os territórios.

A proposta da ciência cidadã, apesar de não ser tão recente, tem se encontrado em franca expansão desde a última década. Ao apresentarem a sua conceitualização da prática de uma ciência cidadã, Robinson et al (2018) sustentam:

Os projetos científicos da ciência cidadã envolvem ativamente os cidadãos em um esforço que gera novos conhecimentos. Os cidadãos podem atuar como contribuintes, colaboradores ou como líderes de projetos e ter um papel significativo nas iniciativas (...) Os projetos de ciência cidadã têm um resultado científico genuíno (...) Tanto os cientistas profissionais quanto os cientistas cidadãos se beneficiam da participação. Os benefícios podem incluir a publicação dos resultados da pesquisa, oportunidades de

aprendizado, prazer pessoal, benefícios sociais, satisfação através da contribuição para a evidência científica, por exemplo, para tratar de questões locais, nacionais e internacionais, e através disso, o potencial de influenciar a política. (p.1)

Por sua vez, o site *Open Scientist* (2011) refere-se à figura do cientista cidadão como «um voluntário que coleta e/ou processa dados como parte de um inquérito científico». Mas, como passa a ser a prática de uma ciência cidadã na qual os/as «voluntários/as» da pesquisa começam a ser considerados/as pesquisadores/as, sendo ainda retribuídos financeiramente pelas agências de fomento científicas enquanto pesquisadores/as?

A EXPERIÊNCIA DAS BOLSAS ADC2A: DEMANDAS E IMPLEMENTAÇÃO

A dificuldade do investimento corpo à corpo, uma prática que faz parte da tradição do trabalho de campo antropológico, as dificuldades impostas pela pandemia no trabalho de campo antropológico e da pesquisa participativa, e a consequente necessidade de comunicação por via digital foram questões que se configuraram como uma série de desafios para a pesquisa, colocando em risco o próprio alcance do projeto e exigindo uma cuidadosa e oportuna flexibilização metodológica. Como iríamos conseguir uma interação estável e efetiva por parte das comunidades na construção do projeto, como uma experiência global de «boas práticas» no enfrentamento às necropolíticas agudizadas pela pandemia? Por sua vez, as demandas nas vidas das lideranças sociais chegaram a um ponto álgido, fazendo com que eles/as ponderassem ao máximo cada contato com projetos de pesquisa, pois uma boa quantidade de tempo dedicada a trabalhos internos junto às comunidades e movimentos sociais era necessária e urgente.

Nesse contexto, resultava fundamental que essas lideranças pensassem não somente ações estratégicas perante uma COVID-19 avassaladora que vinha somar complexidade aos problemas prévios, mas também que «colocassem o corpo» na administração de campanhas locais, diálogos com a gestão em saúde e escolar, e geren-

ciamento dos múltiplos cuidados impostos por inúmeras doenças e perdas - desde o falecimento de lideranças idosas, patrimônio vivo de comunidades, passando pela morte inesperada de pessoas jovens, aparentemente saudáveis, até o suicídio de lideranças em situações de extrema angústia e precariedade - que se deram nestas comunidades. A necessidade de garantirmos a presença e atenção, ainda através do espaço virtual, com essas lideranças, mostrava-se prioritária.

Mas, não sabíamos como é que poderíamos garantir essa participação. Foi assim que nos primeiros meses propusemos uma série de encontros virtuais, sustentados na proposta de divulgação científica de fatos comprovados sobre a pandemia que estivesse atenta às particularidades dos contextos de vida de cada grupo social envolvido, traduzindo não somente informações, mas também sentidos sobre a doença e seus desafios.

Nesse ínterim, realizamos uma série de solicitações de ajustes ao CNPq no que diz respeito à especificidade dos/as bolsistas contratados/as pelo projeto: existia a possibilidade de que lideranças tradicionais fossem reconhecidas enquanto pesquisadoras? No mês de maio de 2021, recebemos a notícia da publicação de instrução normativa (Portaria nº 500, 2021). Nesta, destaca-se de forma enxuta a nova especificidade dos/as bolsistas lideranças reconhecidos/as pelas suas comunidades. Tal nomeação potencializou as ações do projeto de forma ímpar, gerando a possibilidade de trabalharmos de forma capilarizada e plural a partir de um vínculo formalmente estabelecido com lideranças das comunidades/movimentos locais vinculadas ao projeto, mediante a construção de uma relação de pesquisa na qual não havia «pesquisadores/as» e «pesquisados/as», mas, sim, um coletivo plural de pesquisadores/as ativos/as e na busca de alternativas aos desafios do momento atravessado por diversas inserções, visões e experiências.

Ao mesmo tempo, a capilarização na distribuição dos recursos do projeto colaborou de modo potente no fortalecimento das práticas de pesquisa-intervenção participativa no que diz respeito ao enfrentamento à COVID-19, dotando a discussão do projeto de uma organicidade maior.

Contudo, as bolsas destinadas a lideranças pesquisadoras não esgotaram os desafios. Durante o decorrer das atividades da pesquisa, o trabalho em etnografias virtuais (Kozinets, 2014) foi sendo construído a partir do que Rancière (2005) denomina de «partilha do sensível»:

[como um] sistema de evidências sensíveis» que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas [...] [que] fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outras tomam parte nessa partilha. (p.15)

Nossa aproximação, operacionalizada a partir das netnografias digitais viabilizadas por meio de encontros virtuais mediados por plataformas e aplicativos de comunicação, como o *Google Meet* e o *WhatsApp*, propôs um espaço onde «o pesquisador cria em conjunção com os membros da cultura por meio de interação pessoal e comunal, [...] bem como entrevistas por correio eletrônico, bate-papo ou mensagens instantâneas» (Kozinets, 2014, p.95). As dificuldades no uso das tecnologias e no acesso aos meios virtuais manifestavam mais uma dimensão da precariedade no acesso à informação, na qual se encontram as comunidades com as quais trabalhamos. Foi assim que, acompanhando o ritmo de isolamento-afrouxamento do isolamento social em cada território, somaram-se materiais produzidos em oficinas de reflexão locais promovidas de forma presencial e, em momentos diversos, por lideranças bolsistas do projeto entre os meses de julho de 2020 e agosto de 2021.

Este trabalho articulado, virtual, em boa parte das suas atividades, mas considerando espaços para a reunião presencial, permitiu um enraizamento híbrido nos territórios através do reconhecimento das possibilidades de corporificar a produção do conhecimento na demanda por um acesso mais democrático e plural à informação e à ciência.

Sendo assim, propomos junto com a ideia de uma «ciência cidadã» a transferência de significado do cuidado como um conceito vinculado exclusivamente à manutenção da vida em territó-

rios socialmente invisibilizados para «o terreno de uma política do conhecimento, que sonda as implicações de pensar com o cuidado» (Puig de la Bellacasa, 2017, p.13, tradução nossa).

A seguir, problematizamos a construção de narrativas de enfrentamento da pandemia a partir de relatos de oficinas realizadas virtualmente, integrando o processo de diálogo promovido pelo *Boas Práticas*.

CIÊNCIA CIDADÃ: RELATO DE UMA OFICINA

No dia 27 de setembro de 2021, foi realizada a oficina «Ciência cidadã, ética e imperialismo lingüístico». De forma virtual, através da plataforma *Google Meet*, foram convocadas/os as/os lideranças bolsistas das comunidades locais e movimentos sociais, além do próprio corpus universitário, com o objetivo de discutir a influência linguística e ideológica da globalização na produção da ciência, com destaque para o lugar geopolítico do Norte Global, a dominação dos regimes de produção de conhecimento científico por parte da língua inglesa, e os efeitos desta influência na prática tradutória de informações científicas vinculadas à pandemia.

Inicialmente, a oficina foi subdividida em dois momentos. O primeiro foi destinado à exposição do assunto referente ao imperialismo lingüístico, expondo de forma didática aos/as participantes o arcabouço histórico que colocou a língua inglesa como a língua de veiculação do conhecimento científico *par excellence*. O segundo momento esteve voltado para o diálogo, levantando questionamentos às lideranças presentes sobre suas dificuldades no aprendizado das línguas estrangeiras, propostas de combate à globalização linguística, divulgação e retomada de línguas indígenas - como o tupí - e africanas, além de uma discussão sobre o papel da tradução de materiais científicos no contexto do *Boas Práticas*. Deste modo, a segunda sessão foi destinada a ouvir a opinião do heterogêneo grupo de participantes do evento, concedendo espaço para um intercâmbio de experiências e reflexões plurais.

Ao fim do encontro, foi solicitado aos/às participantes que preenchessem um questionário, através da plataforma digital *Google Forms*, que complementaria o debate já iniciado pelo evento. Nesse documento foi observada a existência prévia de uma familiaridade com outras línguas, além do português, por parte dos respondentes, sendo o tupí e a LIBRAS os mais destacados. O questionário também permitiu que os/as participantes manifestassem suas opiniões sobre a importância de outras línguas, tal como as de origem africana, indígenas e libras no contexto de cada comunidade, registrando a opinião unânime de que as mesmas deveriam ser ensinadas nas escolas. O questionário também foi um instrumento de denúncia, por documentar relatos de preconceitos relacionados com o modo de falar e as dificuldades referentes ao aprendizado de uma língua estrangeira como o inglês, cujo acesso é, nos territórios em questão, profundamente excludente e marcado em termos de classe.

Exemplificando os registros coletados, expomos alguns deles a seguir: o Grupo de Trabalho Cigano destacou «Por ser cigana, as pessoas julgam não só pela fala mais como também por diversos outros motivos» (Grupo de Trabalho Cigano, comunicação pessoal, 27 setembro, 2021). Ao mesmo tempo, um dos integrantes do Grupo de Acessibilidade mencionou:

Já sofri preconceito pelo meu modo de falar em português, pois não falo no mesmo nível que qualquer pessoa ouvinte. Tenho um jeito diferente de falar que muitas pessoas não estão acostumadas e até os dias de hoje sofro preconceito por esse motivo. Com a LIBRAS também não é diferente, muitos/as já fizeram piadas com a língua, menosprezando-a como se ela não tivesse o devido valor como demais línguas. (Grupo de Trabalho Acessibilidade, comunicação pessoal, 27 setembro, 2021)

As informações do questionário, além do que foi discutido na oficina, geraram uma reflexão coletiva sobre a complexidade dos processos tradutórios na construção de uma ciência cuidadã, capaz de promover a cidadania através de práticas de cuidado epistemológicas, políticas e afetivas. Tais informações foram sistematizadas em infográficos e somadas ao material produzido por cada equipe local.

APRENDIZADO EMANCIPADOR: RELATO DE UMA OFICINA

No dia 1º de novembro de 2021, em uma tarde, a partir das 14 horas até às 16 horas, representantes de povos tradicionais, comunidades locais, universidades e movimentos sociais se reuniram para dialogar sobre quais maneiras poderíamos repensar a educação, compreendida como um campo de produção de conhecimentos plurais, espaços possíveis de elaboração de novas concepções de práticas educativas que perpassam os espaços formais de educação, transcendendo-os, num horizonte utópico, na direção de uma educação para a vida, educação para o bem viver.

Esse espaço de diálogo constituiu-se da oficina denominada «Aprendizado emancipador: por uma ciência pluriepistêmica», que se configurou como um território de exercício concreto de uma imaginação criadora do processo educativo realizado a muitas mãos. Longe do paradigma cartesiano, que separa o humano da produção do conhecimento histórico, uma ciência de base pluriepistêmica ousa incorporar a si mesma uma autocrítica, que parte do tensionamento dos cânones científicos da modernidade, até uma ampliação que inclui cosmologias diversas como parte imprescindível do diálogo democrático e de construção de «cuidadania».

Em aliança política e epistemológica a essas comunidades e movimentos sociais, universidades parceiras que participam do projeto —Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) mobilizaram-se. Essas alianças políticas que instauram modalidades educativas alternativas ao espaço formal da educação, propõem não restringir o ato educativo aos bancos escolares ou às aulas virtuais, mas transformar estes em espaços diversos, que comportem pedagogias diversas, enraizadas em uma educação emancipadora e libertadora dos processos alienantes do capitalismo que mercantiliza a vida.

Como parte do material produzido na oficina, apresentaremos um diálogo construído entre Vanilson Torres, coordenador do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua e liderança

pesquisadora do projeto, com o neurocientista Sidarta Ribeiro, do Instituto do Cérebro/UFRN. Esse diálogo proporcionou um passeio por um itinerário educativo, baseado na seguinte pergunta: quais concepções de educação, de mundo, poderiam ser ditas no horizonte emancipatório?

A fala de Vanilson trouxe uma atitude pedagógica popular, se colocando como uma ação eminentemente descolonizadora (Fanon, 2008) chamando a atenção das universidades para atuarem junto aos coletivos sociais, também produtores de experiências sociais e conhecimentos diversos. Esse contexto pode ser ampliado a partir do seguinte posicionamento:

Vivi momentos muito difíceis nas ruas, eu costumo dizer que as ruas são uma escola, mas também é uma madrastra, porque ela tem várias nuances. Eu passei por vários momentos de violência policial, violência institucional, comi do lixo... mas há um detalhe que preciso contar, que isso tem tudo haver com nosso debate: Eu me lembro de estar sentado ali na praça dos gatos, ali em frente ao memorial, natal venta muito, e eu sentado lá naqueles bancos e jornais voavam, porque natal venta muito, eu pegava aqueles jornais e começava a ler os jornais e quando olhava a data era de dois anos atrás, mas como isso foi importante para eu não deixar a leitura de lado, não deixar de ler. (Vanilson Torres, relato etnográfico, 1º novembro, 2021)

As ruas são espaços de luta pela sobrevivência. Dessa luta, expressa-se um saber sobre o mundo, visto e concebido na pele daqueles e daquelas que geralmente são esquecidos pelo Estado capitalista que, a despeito dos Direitos Constitucionais de 1988, ainda reproduz a lógica do lucro, a lógica de um sistema perverso que se orienta por um padrão de desenvolvimento, de conhecimento, de vida, orientado pela perspectiva do progresso, um progresso que não atende as classes populares e oprimidas, mas destaca o poder eurocêntrico, reproduzidor de velhos preconceitos, discriminações e racismos de toda ordem. A vida de Vanilson Torres nas ruas é um testemunho vivo de como um ser humano pode ser degradado no que lhe é mais caro, sua dignidade, seu direito de ser gente, com direitos.

Uma educação que incluísse um corpo de princípios ético-políticos que podem ser explicitados: o diálogo com os movimentos sociais, a prática da educação popular e de uma educação popular

em saúde (Vasconcelos, 2007), o conhecimento de mundo e a consciência corporal na construção das ciências nas universidades, as práticas emancipatórias nas pesquisas, sobre uma ciência pluriepistêmica.

Esses princípios delinearam a construção dialógica dessa oficina: uma oficina-encontro. Encontro este de saberes, culturas humanística e científica, no qual os lugares de fala se corporificaram em espaços vividos. Nesse sentido, é que se sublinha a presença dos movimentos sociais e em particular do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua, representado por Vanilson Torres, um sábio das ruas —das ruas como lugares de luta, de resistência, mas também do grito dos/as oprimidos/as.

Além disso, Vanilson provocou as universidades a reverem suas maneiras de tratar como objetos de pesquisa, populações, comunidades locais, movimentos sociais, uma vez que essas populações não são destituídas de conhecimento: são protagonistas de modos de conhecer que complementam os saberes científicos.

É nesse contexto de passar a reconhecer o conhecimento e saber das comunidades e movimentos que, por meio do *Boas Práticas*, cientistas-ativistas dialogam com ativistas-cientistas. Tal fato, foi marcado pela presença de Sidarta Ribeiro, cientista público que situou no debate uma concepção de educação complementando a perspectiva de Vanilson Torres.

Eu vejo que tem uma importância muito grande dos vasos comunicantes entre saberes tradicionais, movimentos populares, organizações civis e a academia, as universidades. As universidades com toda a dificuldade de comunicação, ela também é com todas as suas deficiências, um dos melhores lugares para se juntar saberes, porque a proposta dela é ser universal, o nome está dizendo, ela quer ser universal. A ciência tem muito a aprender, porque a ciência que é dominante é uma ciência que está profundamente ligada ao colonialismo e nem toda ela se reconhece como tal, por outro lado, muitas partes dela se reconhecem como tal. A ciência tem a pretensão de ser plenamente aberta a crítica, então é um diálogo que tem que acontecer e que é fértil. (Sidarta Ribeiro, relato etnográfico, 1º novembro, 2021)

A necessária complementaridade entre as diversas «ciências» e experiências sociais foi apontada nesta oficina como horizonte emancipador. Podemos perceber que esse diálogo permitiu que

comunidades e universidades se escutassem e pensassem sobre o mundo, procurando responder a uma questão: de que forma o aprendizado desse diálogo pode remar na direção da emancipação, da libertação da alienação do capitalismo? (Escobar, 2021). Essa chave que pode reabrir um tempo de politização da vida, do conhecimento, da educação, aponta para a retomada dos pressupostos da educação em Paulo Freire (1996), que apostava numa educação libertária, enraizada na sociedade brasileira e latino-americana.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo científico capitalista e colonial que atravessa nossas práticas está tensionado por subalternidades e por movimentos de reconhecimento de epistemologias e ontologias diversas dentro do campo científico. Como a diversidade cultural pode impactar nas políticas da ciência?

Diante dos contextos de excepcionalismo pandêmico e de intensificação necropolítica da governança no país, indagamos etnograficamente as sensibilidades a partir das quais foram gerenciados os conhecimentos biomédicos, etnobiológicos, históricos e culturais sobre a COVID-19 junto às lideranças comunitárias, assim como o papel de processos tradutórios descolonizadores e reflexivos em corpos e territórios socialmente vulnerabilizados, levando em conta a importância de continuar tensionando diálogos estratégicos com o Norte Global, reclamando o direito à ciência por parte das comunidades e movimentos envolvidos. Entendemos que a interlocução das lideranças comunitárias no interior do projeto possibilita um tensionamento da situação colonial que trata sujeitos e povos como objetos de estudo, necessitados de uma «ajuda» externa por parte da ciência branca, moderna e ocidental.

Em diálogos que nos convidam a estar com o mundo não como espectadores da vida, mas como pesquisadores e pesquisadoras que falam a partir dos seus pluriversos, empenhadas/os em «adiar o fim do mundo» (Krenak, 2019), temos proposto questionar territorialidades epistêmicas próprias do sistema colonial. Nos processos de vivência conjunta, as informações compartilhadas através das

telas tanto formam quando de-formam, caminhando na direção de um processo de descolonização que convida a desaprender autoritarismos do saber, em busca de pontos de unidade e alianças que apostam por incluir o reconhecimento das diversidades e desigualdades de cada sujeito e grupo.

Assim, perguntamo-nos: é possível pensarmos em uma ciência «cuidadã», que inclui experiências sociais e de tradição, ampliando a capacidade de produção de cosmopolíticas diversas? É possível que essas vozes instaurem, desde suas comunidades até o interior das pesquisas, novos modos de traduzir o mundo? A ciência «cuidadã», cuja existência alimentamos, propõe-se a incluir experiências sociais e saberes da tradição, ampliando a capacidade de produção de cosmopolíticas diversas: essas vozes instauram no interior da pesquisa novos modos de traduzir o mundo, além de todo o ecocídio colonial.

Todos os direitos humanos estão conectados. O direito à ciência é um direito que ativa todos os outros, responsabilizando cientistas, governos e a própria sociedade civil —especialmente, seus grupos mais privilegiados— pelo caminhar na direção da ampliação do acesso à produção do conhecimento, especialmente, àquele conhecimento cultivado em territórios acadêmicos, tantas vezes inacessíveis às pessoas que não estão no circuito dos espaços de ensino superior. Uma ciência que dança (Stengers, 2016), uma ciência «sabida».

Muitas ciências que sentam para conversar desde o que sabem: desde *big data* até experiências corporais, apelando tanto a normativas e restrições, quanto abrindo os horizontes para sonhar. É no sentido de uma ciência cidadã pensada e sentida desde o Sul Global, que é crítica do papel de uma ciência burocratizada, mercantilizada e cooptada por compreensões colonizadas do saber e do poder, que caminham os diálogos inter-epistêmicos de hoje. Dedicamos nossa conversa ao fortalecimento do espírito das comunidades na integralidade das suas dimensões vitais, promovendo um diálogo ético e aberto junto a elas, como sujeitas fundamentais de uma ciência democrática, plural e transformadora.

Salientamos a importância estratégica de uma ciência que cuida, uma produção do conhecimento baseada em regimes de cuidado, «cuidadánias» locais e corpo a corpo, representativas das buscas pelo bem viver de lideranças de povos tradicionais e movimentos sociais durante e depois da pandemia. O trabalho de uma ciência engajada com movimentos sociais, comunidades tradicionais e outras parcelas sociais minorizadas mostra as potencialidades de uma ciência feita com o pé no chão, enriquecida pelas respostas culturais e locais das comunidades e movimentos, que coloca à ciência, as/os cientistas na responsabilidade de dialogar e sintonizar com os direitos humanos (à informação, à autonomia, à dignidade, à autorrepresentação, mas também a uma água limpa, a um mar sem petróleo, a um teto sob o qual morar, a um trabalho seguro, a uma educação digna, à manifestação aberta da própria cultura, a um convívio com a sociedade livre de discriminação), assim como deixa de dicotomizar «ciência» e «tradição», mostrando que é possível fortalecer sujeitos sociais que estejam performando, ao mesmo tempo, a sua prática como pesquisadores/as e lideranças das suas comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acosta, A.; Martínez, E. (Orgs.). (2009). *El buen vivir: Una vía para el desarrollo*. Abya-Yala.
- Aler, I. (2011). Transformar la ciudadanía en cuidadanía. *Tenemos Tetas*. Disponível em: <http://www.tenemostetas.com/> HYPERLINK "<http://www.tenemostetas.com/2011/10/isabel-aler-transformar-la-ciudadania.html>"2011 HYPERLINK "<http://www.tenemostetas.com/2011/10/isabel-aler-transformar-la-ciudadania.html>" / HYPERLINK "<http://www.tenemostetas.com/2011/10/isabel-aler-transformar-la-ciudadania.html>"10 HYPERLINK "<http://www.tenemostetas.com/2011/10/isabel-aler-transformar-la-ciudadania.html>" / HYPERLINK "<http://www.tenemostetas.com/2011/10/isabel-aler-transformar-la-ciudadania.html>".
- Carvalho, J.J. (2018). Encontro de saberes: por uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N. & Grosfogel, R. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (pp. 79-106). Autêntica.

- Escobar, A. (Org.). (2021). *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento*. Elefante.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. Paz e Terra.
- González, L. (1988). A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *Raça e Classe*, 2(5). MNU.
- Ingold, T. (2019). *Antropologia, para que serve?*. Editora Vozes.
- Kozinets, R. (2014). *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Penso.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- London, A. J. & Kimmelman, J. (2020). Against pandemic research exceptionalism. *Science*, 368(6490): 476-477. In <http://science.sciencemag.org/content/368/6490/476>" HYPERLINK "http://science.sciencemag.org/content/368/6490/476"/ HYPERLINK "http://science.sciencemag.org/content/368/6490/476"/ HYPERLINK "http://science.sciencemag.org/content/368/6490/476"/ HYPERLINK "http://science.sciencemag.org/content/368/6490/476"/ HYPERLINK "http://science.sciencemag.org/content/368/6490/476"/ HYPERLINK "http://science.sciencemag.org/content/368/6490/476".
- Minayo, M.C.S. (2009). Contribuições da antropologia para pensar a saúde. In Campos, G. W. S. et al (Org.), *Tratado de saúde coletiva*. Hucitec.
- Open Scientist. (2011). Finalizing a definition of ‘citizen science’ and ‘citizen scientists’. In <http://www.openscientist.org/> HYPERLINK "http://www.openscientist.org/2011/09/finalizing-definition-of-citizen.html"2011 HYPERLINK "http://www.openscientist.org/2011/09/finalizing-definition-of-citizen.html"/ HYPERLINK "http://www.openscientist.org/2011/09/finalizing-definition-of-citizen.html"09 HYPERLINK "http://www.openscientist.org/2011/09/finalizing-definition-of-citizen.html"/finalizing-definition-of-citizen.html
- Ortiz Ocaña, A. & Arias Lopez, M.I. (2019). Hacer decolonial: desobedecer a la metodología de investigación. *Hallazgos*, 16(31): 147-166.
- Portaria nº 500, de 07 de maio de 2021. (2021, 07 maio). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF. In <https://portal.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-500-de-7-de-maio-de-2021-319014266>"500 HYPERLINK "https://portal.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-500-de-7-de-maio-de-2021-319014266"-de- HYPERLINK "https://portal.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-500-de-7-de-maio-de-2021-319014266"

portal.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-500-de-7-de-maio-de-2021-319014266"7 HYPERLINK "<https://portal.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-500-de-7-de-maio-de-2021-319014266>"-de-maio-de- HYPERLINK "<https://portal.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-500-de-7-de-maio-de-2021-319014266>"2021-319014266.

- Puig de la Bellacasa, M. (2017). *Matters of care: speculative ethics in more than human worlds*. University of Minnesota Press.
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. EXO Experimental, Editora 34.
- Robinson, L.D., Cawthray, J.L., West, S.E., Bonn, A. & Ansine, J. (2018). Ten principles of citizen science. In Hecker, S., Haklay, M. et al. (Eds.), *Citizen science: innovation in open science, society and policy* (pp. 1-23). UCL Press.
- Rose, H. (1994). *Love, power and knowledge: towards a feminist transformation of the sciences*. Polity Press.
- Stengers, I. (2016). Uma ciência triste é aquela em que não se dança. Conversações com Isabelle Stengers. *Revista de Antropologia*, 59(2): 155-186. In [https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/](https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/121937) HYPERLINK "<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/121937>"121937.
- Vasconcelos, E.M. (2007). Educação popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde. In *Caderno de Educação Popular e Saúde*. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa (pp. 18-29). Brasília-DF.



ANA GRETTEL ECHAZÚ BÖSCHEMEIER é uma escritora, tradutora, pesquisadora e professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Rio Grande do Norte. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPQ CAT (Compostagem de Antropologia e Tecnologias). Ex coordenadora do projeto Boas Práticas/CNPQ. Membro da ESOCITE - Asociación Latinoamericana de Estudios de la Ciencia y la Tecnología.

BRENO DA SILVA CARVALHO é o professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DECOM/UFRN). Publicitário e antropólogo com interesse nas seguintes áreas: teoria socioantropológica; comunicação e cultura digital; metodologia da pesquisa e produção de conhecimento; realização artística e cultural contemporânea.

LUAN GOMES DOS SANTOS DE OLIVEIRA é o antropólogo. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Dr. em Educação (UFRN). Tem se dedicado a pesquisar no campo da Ecologia Política. É docente da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACIS/UFCG).

NATHALIA MAÍRA CABRAL DE MEDEIROS é uma doutora em Bioquímica pela Universidade Federal de Rio Grande do Norte, com doutorado sanduíche na Universidade de Córdoba (Espanha). Graduanda em Letras Inglês pela UFRN, ex-bolista do Grupo de Trabalho Tradução do Projeto Boas Práticas/CNPQ.